

CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE PACTO FEDERATIVO (CCT-PACT)

2ª Reunião Ordinária

Ajuda Memória

Data: 6 de dezembro de 2016

Horário: 10h00 às 18h

Local: Ministério do Meio Ambiente – MMA (Prédio Anexo) - Asa Norte, Brasília (SEPN 505, Bloco. B, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar – Sala CT01)

Pauta:

Horário	Tema
10h00	Abertura/Informes gerais
10h15	Validação do Plano de Trabalho
11h00	Discussão sobre o Plano de capacitação sobre REDD+ na UNFCCC e a posição do governo brasileiro para técnicos estaduais e municipais
12h00	Intervalo/almoço
14h00	Continuação - Discussão sobre o Plano de capacitação sobre REDD+ na UNFCCC e a posição do governo brasileiro para técnicos estaduais e municipais
15h30	Apresentação de Iniciativas estratégicas para REDD+ nos Estados – Parte 1 (Representantes estaduais e convidados) e Rodada de perguntas e respostas <ul style="list-style-type: none">• A experiência do Acre quanto ao REDD+ no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais - SISA. Érico Maurício Pires Barboza, Procuradoria-Geral do Estado do Acre – PGE• Análise do artigo "A materialização paralela dos discursos de implementação de REDD+ no Brasil". Raoni Rajão, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
17h30	Encaminhamentos/Encerramento

Participantes presentes:

Nome	Instituição/estado
Magaly da Fonseca e Silva Taveira Medeiros	Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Estado do Acre – IMC/AC
Luz Marilda de Moraes Maciel	Secretaria de Governo da Presidência da República - SG/PR

Rafael Pereira	Ministério do Meio Ambiente - MMA
Alexandre Avelino	Ministério do Meio Ambiente - MMA
Andrea Aguiar Azevedo	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM
Antonio Luiz Menezes de Andrade	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA/AM
Érico Maurício Pires Barboza	Procuradoria-Geral do Estado do Acre – PGE/AC
Ester dos Santos Dourado Silva	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia – SEDAM/RO
José Mairton Figueiredo de França	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Rio Grande do Norte – SEMARH/RN
Junio Magela Alexandre	Instituto Brasileiro de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável - IBEDS
Leonel Graça Generoso Pereira	Secretaria de Estado do Meio Ambiente - DF
Marcus Andrey Vasconcellos	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Gestão de Carbono - Instituto CO2 Zero
Mariano Colini Cenamo	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - IDESAM
Paula Bernasconi	Instituto Centro de Vida - ICV
Raoni Rajão	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Susete Araújo Pequeno	Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Cidades, Infraestrutura e Assuntos Metropolitanos - GO
Telma Marques da Silva	Conselho Indígena de Roraima - CIR
Vera Olinda Sena de Paiva	Fundação Nacional do Índio - FUNAI

Abertura e informes gerais

Luz Maciel (SG-PR) iniciou a reunião informando sobre a ata da 1ª reunião, as contribuições recebidas ao plano de trabalho e os e-mails recebidos sobre a retirada do item sobre princípios específicos para a CCT-Pacto que foram enviados pelos representantes da CCT à Secretaria Executiva e à Coordenação (Mariano Cenamo - RJ, Paula Bernasconi - MT, Maria Fernanda Gebara – RJ e Andrea Azevedo - DF). A retirada do item já justificada pelo MMA em mensagem de Convocação para 2ª Reunião, se deu pelo fato de estar em discussão uma resolução com princípios gerais para a implementação da Estratégia Nacional para REDD+ por meio da Comissão Nacional para REDD+ e das Câmaras Consultivas Temáticas no âmbito da própria CONAREDD+.

Rafael Pereira (Secretaria Executiva/MMA) reforçou que o direcionamento para o funcionamento das CCT vem das resoluções da CONAREDD+ e que a Comissão é quem demanda o que será trabalhado nas CCT e os produtos esperados. As atividades da CCT-Pact serão voltadas ao alcance desses produtos. Andrea Azevedo (DF) disse que a discussão sobre o Pacto Federativo deve envolver um arcabouço legal que envolve inclusive o que é tratado na CCT-CDRNR e que as discussões não devem ser isoladas.

Magaly Medeiros (Acre) respondeu que essa sinergia entre as discussões é esperada e essa preocupação já foi externada no âmbito da CONAREDD+.

Mariano Cenamo (RJ) criticou o tempo previsto para a elaboração dos produtos, o quórum de participação (segundo ele, a participação de 30 representantes da 1^a reunião teria caído para metade nessa 2^a reunião), o grau de influência dos trabalhos da CCT-Pact nas decisões da CONAREDD+, o Plano de trabalho elaborado e a não adoção da interlocução por mensagens de e-mail em grupo. Luz Maciel (SG-PR) lembrou que a CCT-Pact é um espaço para produzir insumos à CONAREDD+, que não cabe extrapolar o trabalho do grupo, mas que de toda maneira o trabalho da CCT é produto do que é acordado entre os participantes e que podemos repactuar a estratégia de trabalho. Rafael Pereira (MMA) respondeu sobre as críticas ao Plano de Trabalho e explicou que os produtos principais não são as perguntas orientadoras, isso é um método para otimizar a reunião seguinte e que a compatibilização de políticas é o objetivo principal da CCT. Afirmou que a participação na CCT não sofreu tamanha redução (faltas na 2^a reunião já haviam sido anunciadas; na 1^a Reunião tivemos 18 representantes presentes e nessa segunda temos 14 representantes) e que a coordenação não busca reduzir a participação, mas potencializá-la (a interlocução por e-mail em grupo pode ocorrer, mas não é o meio mais organizado). Marcus Andrey (DF) sugeriu que a discussão entre representantes da sociedade civil pode ocorrer por meio paralelo, por meio de um fórum online.

Magaly Medeiros (Acre) encaminhou nova data para que os representantes pudessem enviar contribuições a ata da primeira reunião e inverteu a pauta da 2^a reunião para que as apresentações ocorressem antes e pudessem subsidiar os momentos de validação do Plano de Trabalho e a discussão sobre o Plano de Capacitação.

Apresentação de Iniciativas estratégicas para REDD+ nos Estados – Parte 1 (Representantes estaduais e convidados) e Rodada de perguntas e respostas

A experiência do Acre quanto ao REDD+ no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais - SISA. Érico Maurício Pires Barboza, Procuradoria-Geral do Estado do Acre – PGE

Érico Pires (AC) fez apresentação sobre o SISA que se incorpora num conjunto de políticas ambientais do Acre e explicou sobre a sua estrutura orgânica com diferentes instituições sob coordenação da SEMA. Explicou que REDD+ é apenas um dos elementos do SISA, por meio do “Programa ISA Carbono” que emprega REDD+ como meio para promover as reduções de emissão do estado, buscando um novo modo de produção. Afirmou que já foram investidos no âmbito do SISA mais de R\$ 2 bilhões desde 2002 e que para o futuro, um estudo prevê a necessidade de mais R\$ 2,3 bilhões de reais. Contudo, lembrou que o cenário de pagamento por resultados no momento não é favorável para grandes doações, e que por isso, é importante diversificar a abordagem de captação de recursos, fazendo os resultados atuarem como créditos dentro de um mercado. Érico disse que o meio atual para captação, por meio do Fundo Amazônia, é muito burocrático e não dá acesso a todos os estados e entende que diversificar poderia permitir um maior equilíbrio, garantindo acesso aos diferentes perfis. Disse não entender a abordagem nacional como excludente da abordagem de projetos e que o mercado poderia atuar de forma suplementar à abordagem nacional. Explicou que o SISA foi construído “de baixo para cima”, após muita discussão com diferentes atores da

sociedade, buscando atender a suas demandas particulares e que a abordagem “aninhada” do SISA foi elaborada para se integrar à contabilidade nacional.

Leonel Graça Generoso (DF) perguntou como o SISA lida com o manejo de produtos não-madeireiros. Érico Pires (AC) respondeu que existe apoio ao extrativismo, particularmente apoio ao manejo da castanha e da borracha. Magaly Medeiros (AC) reforçou que o que se constatou com a política de apoio ao extrativismo foi o retorno das famílias às atividades produtivas na floresta. Disse que a Cooperacre busca apoiar não só a borracha e castanha, mas também açaí, murumuru e outras frutíferas. Quanto à borracha, disse que o SISA busca promover a subvenção da produção, pagando adiantado aos produtores por meio da Cooperacre, e por isso, novas pessoas entram no programa de redução de emissões, que conta com um cardápio de ações durante todo o ano.

Antônio Luiz Andrade (AM) disse poder constatar que o SISA buscou pensar em todas as salvaguardas, o que é louvável e perguntou como funciona a governança e como é a interface com as secretarias de produção, fazenda, etc. Érico Pires (AC) respondeu que a governança é orgânica, com cada órgão atuando sob sua atribuição legal, entrando a SEMA em ação apenas nos casos que se façam necessários. Disse que atuar com o setor produtivo é mesmo um desafio, já que existe a tendência desse se antagonizar com o setor ambiental e que logo, o caminho foi a integração dos diferentes segmentos, e aproximação de atores como ribeirinhos, extrativistas, etc. Destacou que várias reuniões foram requeridas para aproximar os diferentes atores dos espaços de diálogo e que isso não é um trabalho apenas das secretarias de governo de meio ambiente e de produção. Afirmou que contar com dirigentes de experiência ambientalista permitiu o ambiente para essa aproximação, o que é o mais difícil, embora não impossível. Disse também que os negócios usuais às vezes não são apenas mais rentáveis, mas tem maior liquidez e que o diálogo deve ser construído a se fazer enxergar as diferentes soluções na nova política. Magaly Medeiros (AC) disse que o SISA sempre buscou contemplar os diferentes interesses na política e que o olhar foi feito para vários arranjos.

Mariano Cenamo (RJ) disse que o SISA é mesmo referência, que a abordagem integrada é vista como uma solução para países grandes como o Brasil e que o contexto do Acre reflete bem o perfil dos estados amazônicos, com grandes dificuldades. Perguntou como tem sido a interlocução do AC com o governo federal e o que a CCT-Pact pode fazer para apoiar a consolidação do SISA. Érico Pires (AC) informou que a captação de recursos pelo estado está bem abaixo do que é necessário para promover as ações, e assim considera importante que as ações sejam diversificadas, garantindo liberdade aos estados para elaborarem suas políticas de acordo com a forma apropriada a sua necessidade. Disse esperar abertura do governo federal ao diálogo para construir modelos mais flexíveis. Destacou que a federação não pode ter posturas únicas, e acredita que a solução é construir modelos de convergência adequados aos diferentes contextos.

Vera Olinda (DF) destacou que as florestas indígenas têm grande importância para o estado, por diferentes aspectos, não apenas pelo ambiental e perguntou como está a captação pelo SISA dos recursos ofertados pelo KfW e sobre a alta do desmatamento. Érico Pires (AC) respondeu que a capacidade de endividamento está no limite, que todos os estados da federação estão com recursos exauridos para políticas ambientais, o que constitui uma das principais causas da alta do desmatamento. Destacou também o enfraquecimento do eixo comando e controle e de políticas que promovam alternativas ao desmatamento, segundo ele isso propiciou a alta do desmatamento recente e por

isso, há uma necessidade de recursos para complementar o orçamento. Em relação aos indígenas, Érico destacou que seus territórios têm historicamente baixas taxas de desmatamento, motivo pelo qual o KfW prestigiou os povos indígenas em seus programas de apoio.

Paula Bernasconi (MT) questionou sobre quais orientações poderiam existir para a regulamentação federal ajudar o SISA e o que poderia atrapalhar. Érico Pires (AC) respondeu que seria a abertura ao diálogo para repensar as posições da União, o que ele enxerga estar acontecendo.

Andrea Azevedo (DF) disse que esta política não é de simples redução do desmatamento, que é uma agenda de desenvolvimento que valoriza a floresta em pé. Destacou que é difícil buscar o avanço dessas agendas sem um olhar diferenciado para as florestas e que o processo deve ser azeitado com o governo federal.

Marcus Andrey (DF) questionou se existem projetos de REDD+ em UC. Érico Pires (AC) respondeu que existem ações em estudo no AC dentro do SISA, mas não em andamento.

Intervalo de almoço

Análise do artigo "A materialização paralela dos discursos de implementação de REDD+ no Brasil". Raoni Rajão, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Raoni Rajão (MG) fez apresentação sobre os discursos concorrentes sobre REDD+ no Brasil e as perspectivas do Acordo de Paris. Começou falando sobre as origens da discussão sobre o tema “mudança do clima e florestas” mostrando uma linha do tempo e que os conflitos discursivos sobre REDD+ existem porque existem vários REDD+, mas que entende REDD+ como um pacote de medidas. Afirmou que hoje temos dois REDD+ operando num cenário de alta do desmatamento, falta de recursos públicos e privados, um GCF incerto e o reaquecimento do debate sobre offset. Segundo ele, a NDC se baseia em contas otimistas e o cenário é de quase nada de sobras para serem vendidas como “*internationally transferable mitigation outcomes*” (ITMOs).

Andrea Azevedo (DF) disse que o IPAM defende que sejam apoiadas medidas subnacionais integradas a políticas públicas florestais, e não apenas um mercado de carbono florestal.

Mariano Cenamo (RJ) disse que as diversas iniciativas existem, mas que sente uma resistência no âmbito da CTT sobre seu reconhecimento e que poderíamos tratar do REDD+ que ocorre fora da Convenção, assim como é feito com acordos para emissões aéreas e de navegações. Disse que as orientações para os trabalhos da Câmara não tratam sobre o acordo com a Califórnia, por exemplo. Destacou que o argumento do governo federal de não apoiar o offset para não permitir que nossas reduções viabilizem emissões de outros países não se aplica no caso dos mercados da aviação e marítimo. No caso desses mercados, as emissões não são alocadas à nenhum país, então todas as reduções seriam “adicionais” e o Brasil participar com o REDD+ nesses mercados poderia ser uma ótima forma de viabilizar os compromissos de reduções nesses setores e ao mesmo tempo atrair recursos para combater de forma mais efetiva o desmatamento no país. Também questionou sobre como apoiar o mercado para emissões de petróleo e ao mesmo tempo não apoiar o para floresta, e que não acredita que isso se deva à falta de consistência técnica, que o Brasil tem corpo técnico para isso. Raoni Rajão (MG) respondeu que de fato as iniciativas já vêm sendo implementadas e não podem ser

ignoradas, contudo, se deve pensar também no aspecto geopolítico das reduções de emissões nos diferentes setores.

Mariano Cenamo (RJ) disse que essas iniciativas privadas não podem ser ignoradas, apesar de domesticamente o que elas atingem não resolver o problema, ganham tempo de avanço do desmatamento e citou o caso do apoio de R\$ 2 milhões pela Natura nos últimos 5 anos.

José Mairton (RN) falou sobre como não consegue enxergar ainda como REDD+ se relaciona com o semiárido. Raoni Rajão (MG) respondeu que os dados da TCN mostram que o bioma Caatinga é o terceiro em emissões e que um de seus resultados é que o desmatamento só é reduzido nessas regiões por meio de pagamento por serviços ambientais, dado o potencial de supressão legalizada de vegetação na Caatinga.

Érico Pires (AC) disse que possivelmente o Brasil vai ter dificuldades para cumprir a NDC e que um dos maiores desafios é a receita para a redução de emissões. Salientou que o estado do Acre conseguiu cerca de R\$ 162 milhões de pagamento por resultados, mas que o mercado oferece outras opções para pagamento pelos resultados futuros. Disse que para várias ações, o resultado pode simplesmente não existir sem recursos adicionais, que isso é uma questão pouco ideológica, bem mais pragmática e que o cenário é desfavorável até talvez 2025. Raoni Rajão (MG) completou dizendo que a NDC vai ser entregue só em 2030, mas que na teoria podemos emitir além dos nossos limites até 2029, e só em 2030 entregar a meta proposta e afirmou que o nosso desafio é pensar em como nossas ações se alinham com essa meta.

Ester dos Santos (RO) disse que existe REDD+ em diferentes formas, que não podemos ignorar esse fato. Falou sobre a necessidade disso ser regulamentado e sobre os sistemas estaduais em construção, como no AC e MT.

Raoni Rajão (MG) disse que pensar em offset não é pensar só em recursos internacionais. Lembrou que o Ministério da Fazenda tem trabalhado num sistema de registro nacional de emissões, que pode se aplicar bem a vários setores, como é o exemplo da nova termoelétrica que aumentará sozinha as emissões do Brasil em 5%. Afirmou que isso pode ser uma oportunidade de se criar demanda para promover a redução de emissões de floresta, porém que o setor de florestas não tem sido contemplado nessas discussões.

Rafael Pereira (MMA) lembrou que quando falamos de “pagamentos por serviços ambientais” e “pagamentos por resultados de REDD+ no âmbito da UNFCCC” estamos sob diferentes contextos, na primeira situação temos os recursos antecipados, mas não uma garantia do resultado de redução das emissões, já no âmbito da UNFCCC, temos os resultados condicionando o recebimento dos recursos e o risco é mais voltado às doações futuras pelos países desenvolvidos. Lembrou que o espaço de interlocução para todas essas questões é a CCT-Pact e respondendo a questionamentos de alguns dos representantes sobre novas oportunidades para apresentações, esclareceu que é previsto um espaço para isso nas próximas quatro reuniões da Câmara.

Validação do Plano de Trabalho e discussão sobre o Plano de Capacitação

Rafael Pereira (MMA) lembra que o plano de trabalho seguirá como proposta para a CONAREDD+ e que um prazo para sua revisão já havia sido aberto e finalizado, mas que por demanda por parte de alguns integrantes da Câmara essa discussão poderia ser reaberta. No entanto, destacou ser importante otimizar o trabalho sobre a proposta atual para avançarmos no desenvolvimento dos produtos da CCT.

Paulo Braga (DF) e Paula Bernasconi (MT) acham importante incorporar as experiências apresentadas pelos estados na construção do plano de capacitação, para levar aos técnicos não apenas a posição do país no âmbito da UNFCCC. Paula Bernasconi (MT) disse que nesse sentido deve-se promover uma capacitação sobre REDD+ em sua totalidade, incluindo debates sobre projetos e programas jurisdicionais. Rafael Pereira (MMA) reforçou que os pontos repassados devem passar pela Comissão e que essa é uma agenda apertada com outros processos coordenados pelo MMA. Afirmou que precisamos pensar em aperfeiçoar ou mesmo propor novos produtos, mas considerando o trabalho que já pensado até então. Mariano Cenamo (RJ) disse entender que o trabalho dos representantes na Câmara é analisar, enriquecer e validar o plano de trabalho e que embora tenhamos limites sobre os quais operar, não podemos nos ater a cada palavra.

Marcus Andrey (DF) propôs um estudo sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sobretudo o ODS nº 17, que trata de parcerias. Disse que se conseguirmos integrar o REDD+ aos ODS, poderíamos otimizar os processos. Luz Maciel (SG/PR) respondeu que a Secretaria Geral da Presidência da República está trabalhando com essa agenda, que está em andamento um mapeamento das ações e sugeriu que o tema fosse considerado.

Magaly Medeiros (AC) disse enxergar que existem questões de fundo que precisam avançar antes de serem inseridas no plano de capacitação e que precisamos pensar em como abordar esses pontos antes de avançar, que talvez o mapeamento possa garantir um melhor direcionamento para a capacitação.

Mariano Cenamo (RJ) disse que devido ao tempo corrido oferece o IDESAM para minutá-lo o plano de capacitação.

Vera Olinda (DF) questionou que durante as discussões transparecem perguntas que precisam ser encaminhadas antes de atingirmos o objetivo final da CCT de compatibilização de programas e da necessidade de isso aparecer nos registros da ata. Rafael Pereira (MMA) respondeu que a ata é do grupo, que os representantes devem se esforçar na revisão dos registros para que essa possa refletir as discussões das reuniões presenciais. Magaly Medeiros (AC) sugeriu que as perguntas levantadas sejam repassadas ao Mariano, quem irá rascunhar o plano de capacitação. Antonio Luiz (AM) complementou que os representantes devem cumprir com os prazos para contribuir com os insumos das reuniões, como é o caso da ata.

Marcus Andrey (DF) sugeriu trabalhar em uma plataforma online para facilitar o diálogo entre os membros e a edição dos documentos, justificando que usando um só repositório ficaria mais fácil a interação entre os membros.

Magaly Medeiros (AC) disse que há a proposta de circular um formulário de mapeamento para os representantes dos Estados. Paula Bernasconi (MT) reforçou que os estados poderiam sugerir novas perguntas, a depender do tempo disponível. Luz Maciel (SG-PR) respondeu que a Coordenação junto ao MMA irá esboçar uma proposta de formulário, a ser encaminhado um mês antes da próxima reunião (15 de março).

Rafael Pereira (MMA) reforçou que uma proposta de formulário será circulada, e que antes ou junto a ela também o estudo de 2012 elaborado pelo MMA e IDESAM com o mapeamento das iniciativas estaduais nos estados Amazônicos para nos servir de parâmetro. Lembrou a todos a necessidade de colaborar em relação aos prazos para o

encaminhamento desses subsídios à CONAREDD+, conforme o que for pactuado no Plano de Trabalho.

Magaly Medeiros (AC) disse que para a próxima reunião também devemos pensar em uma agenda com até duas apresentações, levando-se em consideração 1h para cada.

Rafael Pereira (MMA) sugeriu compartilhar um novo Doodle com potenciais datas alternativas para a próxima reunião, já que a Secretaria Executiva deve agendar a sala com antecedência e bloquear a agenda em função das demais frentes de trabalho da equipe de REDD+ do MMA.

Magaly Medeiros (AC) fez a consideração de que a discussão do Plano de Capacitação seráposta para frente como o penúltimo produto no cronograma de trabalho da CCT, e com isso a elaboração do mapeamento dos diferentes estágios de implementação de iniciativas relacionadas a REDD+ nos estados será antecipada para a 3a reunião da CCT por sugestão dos representantes, e considerando o Plano de Trabalho validado, a ser compartilhado com os devidos ajustes posteriormente pela Secretaria Executiva, seguiu para o próximo item da reunião.

Considerações sobre procedimentos no âmbito da CCT-Pact

Comunicação oficial e grupo de e-mails

Mariano Cenamo (RJ) questionou se poderíamos rever a decisão sobre não utilizar o grupo de e-mails como comunicação oficial da CCT e sobre a necessidade de os questionamentos serem direcionados diretamente à Secretaria Executiva. Rafael Pereira (MMA) respondeu que essa decisão foi tomada no sentido de direcionar e centralizar os questionamentos e propostas à Secretaria Executiva e à Coordenação da CCT e evitar a divulgação de informações incoerentes e ou mesmo incorretas em relação às discussões que ocorrem nas reuniões presenciais aos representantes que não puderam participar das reuniões. Lembrou ainda que o intuito de termos o registro de ata é justamente um para um alinhamento dos ausentes. Magaly Medeiros (AC) lembrou que o papel dos representantes do MMA é de secretariado, logo cabe aos representantes debater e encaminhar formalmente às questões à coordenação da CCT. Rafael Pereira (MMA) disse também que as decisões do grupo devem ser tomadas em regra durante as reuniões presenciais. Magaly Medeiros (AC) sugeriu manter o e-mail em grupo como meio oficial para troca de informações entre os participantes. Rafael Pereira (MMA) salientou, no entanto, que a resposta por parte da Secretaria Executiva poderá seguir pelo e-mail ou ser repassada para a reunião presencial dadas as demandas que seguem em paralelo no âmbito do MMA.

Prazos para contribuições às atas

Após sugestões por alguns dos representantes presentes nesse momento da reunião, Magaly Medeiros (AC) informou como encaminhamento que a proposta de ata para o grupo deverá ser encaminhada após a reunião em 10 dias, depois os representantes terão mais 10 dias para comentar e enviar suas contribuições, e depois teremos mais 10 dias para a revisão da Secretaria Executiva.

Proposta de Resolução No 5 da CONAREDD+

Magaly Medeiros (AC) falou sobre o processo de votação no âmbito da CONAREDD+ da carta de princípios gerais para todas as CCT (Proposta de Resolução No 5 da CONAREDD+).

Rafael Pereira (MMA) informou que antes do início dos trabalhos das CCT, a CONAREDD+ realmente pensou em enumerar princípios específicos para orientar os trabalhos de cada CCT, por isso o item estava incluído na primeira proposta do Plano de Trabalho da CCT-Pact, mas que depois em reunião os membros da CONAREDD+ preferiram trabalhar em um só documento de princípios que atendessem as três CCT ao mesmo tempo. Considerando que a primeira votação eletrônica da Resolução nº 05 promoveu manifestações com relação ao prazo para votação e oportunidade de debate por demanda dos representantes estaduais da CONAREDD+, a discussão em torno da Resolução nº 5 continuou e avançou para uma segunda deliberação eletrônica. Explicou que como a comunicação sobre o processo seguiu em um tom ruim pelo grupo de e-mails da CCT-Pact, o MMA preferiu tratar disso durante a reunião presencial.

Mariano Cenamo (RJ) disse que comprehende a questão da votação da Resolução estar acontecendo em paralelo mas ressaltou que o que incomodou a ele e a outros membros foi que a decisão de suprimir a Carta de Princípios sequer foi compartilhada e discutida entre os membros e que o trabalho realizado na primeira reunião presencial pareceu em vão já que a Presidência da CONAREDD+ decidiu de forma unilateral retirar o documento de pauta sem qualquer consulta aos membros. Disse que comprehende que a CCT existe para subsidiar a CONAREDD+ e que a última pode ou não acatar as sugestões, porém que isso cabe aos conselheiros da plenária da CONAREDD+ e não à Presidência da CONAREDD+ apenas. Solicitou que as próximas decisões/produtos que a CCT encaminhar deverão ser levados à CONAREDD+ como um todo, sem que haja qualquer obstrução por parte da Secretaria ou Presidência.

Mariano Cenamo (RJ) sugeriu que a Carta de Princípios seja fechada com os encaminhamentos propostos e encaminhada à CONAREDD+ e que, caso a Resolução em votação resulte em algo contraditório à Carta de Princípios que aprovamos, que posteriormente a nossa CCT faria as alterações para alinhamento à Resolução.

Rafael Pereira (MMA) respondeu que não existe Carta de princípios aprovada pela CCT-Pact, o que temos são contribuições de alguns representantes à proposta de Princípios e Justificativas para os trabalhos da CCT durante à sua 1a Reunião e que após decisão da Presidência da CONAREDD+, tal item foi retirado da pauta da reunião seguinte, com a devida justificativa encaminhada aos representantes junto à Convocação para 2a Reunião.

Paulo Braga (DF) propôs encaminhar os insumos produzidos até então para os membros da CONAREDD+. Vera Olinda (DF) também solicitou que isso deve constar em ata e que o trabalho realizado pelo grupo em relação aos princípios seja encaminhado à CONAREDD+.

Magaly Medeiros (AC) encaminhou que a produção feita pelo grupo seja repassada à CONAREDD+.

Plano de Trabalho

Paula Bernasconi (MT) relembrou a alteração na ordem das atividades e produtos no Plano de Trabalho para que o plano de capacitação fique mais rico e abrangente e inclua além da posição do governo brasileiro na UNFCCC também as experiências e iniciativas desenvolvidas nos estados e em projetos.

Encaminhamentos

- Representantes podem enviar sugestões para a ata da 1ª Reunião por meio de planilha Excel já foi disponibilizada pela Secretaria Executiva até 10 dias após a 2ª Reunião (16/12);
- Representantes devem formalizar o interesse em fazer apresentação nas próximas Reuniões da CCT, indicando o responsável pela apresentação, tema e motivação por meio de planilha Excel que já foi disponibilizada pela Secretaria Executiva;
- Secretaria Executiva fará os ajustes solicitados e repassará a todos a versão validada do Plano de Trabalho da CCT pelos representantes.
- Representantes devem indicar disponibilidade de datas para participar da 3a Reunião da CCT via resposta à enquete virtual (Doodle) a ser disponibilizada pela Secretaria Executiva.
- Secretaria Executiva enviará compilação das sugestões encaminhadas pelos representantes para a proposta do documento de "Princípios e Justificativas para a CCT-Pact" discutida durante a 1a Reunião e enviará à coordenação para apresentação como parte de seus informes na próxima reunião da CONAREDD+.